

**Diogo Vasconcelos
(entrevista)****Que conhecimentos e que competências é que pensa que as nossas crianças e jovens devem ter, quando terminam a sua formação?**

As competências que lhes permitam continuar a aprender. A quantidade de conhecimentos novos que surgem hoje em dia requerem uma atitude de abertura de aprendizagem, que não se compadece com um ensino que não seja aquele de levar as pessoas a escolher por elas próprias. Ou seja, é indispensável deter conhecimento, consistência sobre as matérias mais básicas, que [o ensino] tente impor conhecimento. Criar o ser e a vontade permanente de aprender. Tendo em conta que uma coisa é ter acesso à informação e outra coisa é conseguir introduzir informação para ter em acesso, naquele que é o meu dia a dia, para que eu trabalhe melhor, comunique melhor, aprenda mais. Portanto, que seja capaz de aproveitar uma sociedade que cada vez mais aprende conhecimento. Ainda entendo que a Escola tem, hoje em dia, uma concorrência enorme de novas fontes de aprendizagem. Essas fontes de aprendizagem são aparentemente mais atractivas. No entanto, algumas delas devem imputadas na Escola. Por que é que não há algumas aulas de Informática ou de WebCast? Alguns professores estão a fazê-lo e isso aumenta exponencialmente o interesse por parte dos alunos. Por que é que os alunos não apresentam alguns trabalhos, já, em formatos desse género? Por que é que não são “obrigados” a criar os seus próprios blogues, por aluno, por turma, por disciplina, etc.? Se eles não conseguem ter desde logo uma mentalidade digital, não estão preparados para o mundo, o que é uma miséria! Portanto, a Escola que eu vivi não pode ser necessariamente a mesma Escola que hoje existe. Espero que não seja! Terá que ser completamente diferente. Não é diferente no sentido de professores motivados, dedicados, onde os professores marcam para a vida. Não pode deixar de ser isso. Não pode ser uma Escola diferente, no sentido em que não dê as coisas básicas e em que todas as pessoas saibam efectivamente ler e interpretar um texto; ter noções matemáticas fortíssimas; ter noções do sistema do país, e tudo mais. Mas, além disso, fique com um instrumento para reforçar esses conhecimentos. E também penso que devemos usar, cada vez mais, um conjunto de tecnologias que permitissem que os alunos conseguissem sair da Escola com uma apetência muito grande para fazer aquilo que já fazem, se calhar, fora da Escola.

Essa questão das tecnologias é importante também na ligação para o mundo do trabalho...

Fundamental! Se alguém quiser ir à procura de encontrar uma pessoa que vem formatado de tal forma, sem interesse pelo mundo que o rodeia, sem uma atitude de descoberta e de iniciativa, a probabilidade de o empregar é muito reduzida. A não ser, que seja, num trabalho em que não haja esse critério. Isso é um trabalho sem valor acrescentado. Se aparecer alguém que tem uma atitude de querer fazer, de querer aprender, de querer introduzir permanente melhoria e inovação, com um pensamento diferenciado, esse sujeito aumenta exponencialmente a probabilidade de ficar com um emprego. Porque quem o emprega quer alguém que dê valor acrescentado, que pense diferente, que tenha capacidade de inovação. A questão é saber se a empresa que o acolhe tem capacidade de o manter. Mas isso é um desafio fantástico. Eu, ainda ontem, por exemplo, conheci e tive a felicidade de me encontrar com um jovem português, que trabalhou na Suécia, no Erasmus, e depois, porque gostava muito do Skype, quis trabalhar lá. Passou por cinco entrevistas em Itália e acabou por ser empregue pelo Skype. O Skype é uma marca que veio revolucionar

as comunicações e que anda à procura de gente, independentemente da nacionalidade, que pense diferente, que tenha uma atitude de inovação. O principal critério na contratação deste rapaz foi saber se ele tinha consciência do que era a marca, do que está a fazer. Já aconteceu eu ter um processo de selecção de pessoas, que nem sabem o que é que a organização, para a qual querem trabalhar, faz. [Volta ao exemplo do jovem português] E depois sobretudo pela atitude que tem. Que novos futuros, que novas funcionalidades ele acha que deveria ter o Skype? Isso obriga não só a saber, mas também a ter que pensar sobre o assunto. E aquelas que ele defendeu e queria fazer são, neste momento, ele que está a fazer. Que é, por exemplo, criar que eu possa pela Skype ter uma conferência, em conjunto com 100 pessoas, no máximo. Quero apenas mostrar que era aquilo que ele estava a defender e aquilo que neste momento está a fazer. Está feito e está a ser usado por milhões de pessoas. Em média vão ser as pessoas que dão mais. Mas também porque houve uma organização em que as pessoas fazem agora o horário que querem, vestem como querem, têm a possibilidade de almoçar, jantar, lanchar, tomar o pequeno-almoço lá. Uma organização destas é uma organização que consegue atrair talento e reter o talento.

Como é que em Portugal se pode passar a mensagem de que esta maneira de pensar e trabalhar, de facto, funciona?

Isto funciona em empresas, que estão em sectores de largo crescimento e que de facto a vantagem competitiva é o conhecimento. Se eu conseguir atrair as melhores pessoas, tudo o resto se resolve. Se eu tiver uma organização extremamente hierárquica, onde as pessoas, mesmo apesar dos e-mails, dos Messenger's, do Skype, etc. têm incapacidade de falar com as pessoas da organização, onde não sou capaz de criar equipas multidisciplinares para resolver um problema, não sou capaz de ver o meu próprio projecto, sem ser numa lógica nove às cinco.

Essas situações são sempre muito burocráticas, e são típicas de uma economia que não está assente no conhecimento. Não quer dizer que elas não tenham razão de ser. Têm razão de ser, mas não são essas [empresas] que vão ser capazes de dar emprego. Quem não trabalhar com base no talento e no conhecimento, vai competir com aquelas [empresas] derreadas, sobretudo em sectores de produção baixa, baixo custo e que isso é menos importante.

Esse tipo de gestão podia, de alguma forma, ser transferido para as Escolas?

As Escolas, se não forem autónomas, não podem fazer isto. A própria lógica do sistema educativo, sobretudo público, é uma lógica extremamente centralizada. Se é centralizada tem que estar estandardizada. Se tem que estar estandardizada, não dá lugar à especificidade, à liberdade, à iniciativa.

Na sua opinião, devia haver mais autonomia para as Escolas?

Completamente de acordo. Isso é a minha opinião pessoal, e esta entrevista pretende dar apenas a minha visão pessoal. Eu creio que as Escolas são um tesouro de talento. E existem imensos professores desejosos de fazer coisas diferentes. Se calhar, deviam ter a oportunidade de participar em concursos, em que houvesse a selecção de melhores projectos educativos, por equipas independentes. E essa Escola, se calhar, devia ter uma configuração diferente. As coisas não podem mudar de um momento para o outro e as instituições são diferentes, de umas para as outras. Claramente mais autonomia. Claramente mais capacidade de iniciativa. Mais capacidade de ligação ao meio. Mais envolvimento das entidades locais: autarquias,

empresas, associações, etc.

Defende uma gestão profissionalizada, feita por pessoas externas à Escola, ou não?

Eu acho que há um conjunto de competências de gestão que devem ser analisadas. Uma escola com alguma dimensão é uma organização. E uma organização deve ser gerida de forma profissional, por uma questão de eficiência e de boa apreciação de recursos. Uma coisa é gestão do ponto de vista financeiro. Outra coisa é gestão do ponto de vista daquilo que são os projectos educativos. Eu creio que as Escolas de pequena dimensão devem ser geridas de forma integrada. Deve haver a possibilidade de desenvolverem projectos educativos próprios e não estar inteiramente dependentes do Ministério sediado na Avenida 5 de Outubro. Este, por estar à cabeça de uma estrutura muito centralizada, acaba por inibir qualquer capacidade de autonomia, de liberdade, de criatividade, etc. A Escola devia ser um espaço de criatividade. Com isto não estou a dizer que a Escola devia de abdicar de um papel fundamental que tem, que é, sobretudo, ao nível mais básico, dar uma formação que permita preparar as pessoas. E nessa formação, há uma parte dela que é irrelevante ser dada no século XXI ou ser dada no século XX.

Mas há uma outra componente que tem a ver com fazer desabrochar na Escola aquele talento que lá existe. Eu conheço professores que têm trabalhos extraordinários na área das Tecnologias da Informação nas Escolas. Que publicam, que têm os seus conteúdos em formato digital, etc. A única coisa que os desmotiva é, muitas vezes, não poderem incorporar isso totalmente no processo educativo. Por que é que não o podem fazer?

É esse o principal problema da Escola?

Eu não tenho conhecimento da qualidade das Escolas que me permita responder a essa questão. Eu creio que o principal problema da Escola é provavelmente a desadaptação dos professores e da realidade que os alunos vivem no dia-a-dia.

Como é que isso pode ser combatido? Com mais formação aos professores?

Há coisas que compete aos alunos ensinar aos professores. Quando nós temos fenómenos como a Internet ter mudado quase tudo, no sentido em que o acesso à informação deixou de ser privilégio de professores, de bibliotecas, da família como um lugar instalado. Penso que isso, no ensino, é melhor. O acesso está cada vez mais universal. Usam os aparelhos na escola, quando não têm em casa. E há fenómenos que têm a ver com a criação de comunidades na Internet, que têm uma dimensão impressionante. Quando nós pensamos no Hi5, que tem 350.000 utilizadores em Portugal, ou quando pensamos na popularidade que têm outros sites em que também se formam comunidades, por vezes de conteúdo particular... Há um conjunto de instrumentos de acesso e partilha que não devem nunca substituir a Escola. Mas é importante reforçar que há algumas tecnologias muito simples, que hoje em dia são fáceis, são baratas de utilizar e que têm utilidade. Vamos imaginar, que grande parte dos alunos de hoje em dia já usa o Mp3. Por que é que não hão-de poder apresentar trabalhos de disciplinas usando o formato WebCast, por exemplo? Eles sabem fazer isso. Têm motivação para fazer isso. Não só terem um PodCast onde eles jogam, que seja fora do currículo oficial aprovado na 5 de Outubro. Estão a aplicar e estão a usar um meio do qual eles gostam. Dantes comprava-se uma cartolina, um tubo de cola e uns marcadores; agora faz-se em PodCast. O conteúdo não deixa de ser válido. Há muita gente que tem preconceitos sobre este tipo de meios novos, porque acham que

eles estão a retirar a sacralidade do conhecimento, quando não é verdade. Aumenta exponencialmente a capacidade de eu produzir, de eu ser aceite, de criar coisas novas. Só tem um problema: os professores, comparados com os alunos, não sabem nada.

Como é que gostava que fosse a Escola Superior daqui a 10 anos?

Eu acho que a Escola Portuguesa devia ser uma Escola autónoma, escolhida pelos alunos e pelas suas famílias, com a possibilidade de os professores poderem ser, tanto quanto possível, recrutados a um nível descentralizado. E devia haver uma informação on-line sobre as Escolas, sobre os professores das Escolas, sobre os resultados das disciplinas das Escolas. Isso devia ser digital, agregado, publicado permanentemente na Internet. Temos pouca mobilidade em Portugal. A única mobilidade que existe é todo o país a vir para Lisboa. Mas se tivéssemos mais mobilidade em Portugal, as pessoas, um dos critérios que escolheriam, para fazer o curso que quisessem seguir, era, além do emprego a qualidade da Escola. Como é que é uma instituição de ensino? Não podem saber. Deviam ter acesso, em qualquer sítio onde estivessem. Fosse um emigrante, mas um emigrante no sentido de alguém que está no país. Vive em Portugal, e quer saber na zona de Leiria, na zona do Porto, na Zona Sul, na Zona de Coimbra, quais são as Escolas; entrar no site, ver o currículo do professores, ver os seus blogues próprios, os seus sites próprios, ver as cadeiras, ver os conteúdos digitais ligados às cadeiras, ver os sumários, ver os resultados; ver essas coisas. Inscrever-se, candidatar-se, on-line, se possível. E a mesma coisa se passa com os professores, se quiserem ver o mercado. Por que é que os professores têm de ser encarados como funcionários públicos? Isso é positivo, porque eles perspectivam uma vida com uma certa estabilidade. É negativo, na medida em que não cria os incentivos para que eles desenvolvam uma actividade como meio de os realçar. Todos os docentes que criem situações de standardização matam muito da criatividade individual e acabam por privilegiar a mediocridade, em vez de privilegiarem a meritocracia. Devia existir um sistema que permitisse que as pessoas pudessem circular. Mas isso é um modelo completamente diferente, nem sei se irá ser aplicável alguma vez. Porque põe competências re-balanceadas entre as Escolas, as autarquias, o Ministério da Educação, etc. Gostaria também de ver o fim de uma certa clivagem entre público e privado, que também não faz sentido existir. Só faz sentido existir se houver a possibilidade de eu escolher aquilo que se adequa melhor, aquilo que eu acho ser a situação da Escola. Depois há toda a certificação desses conhecimentos, que têm que ser feitos por um grupo profissional e por um conjunto de eventos. Os eventos são fundamentais para poder aferir com rigor se, de facto, os conhecimentos adquiridos são suficientes. Em sistemas completamente abertos, não europeus, como é o caso do sistema norte-americano, até a própria certificação dá emprego ao Estado. São empresas que fazem aquilo. De tal maneira fazem um bom trabalho que se tornam standard de acesso, de certificação. De forma que um estudante português, ou chinês, ou indiano, ou alemão quer concorrer a uma universidade americana tem que fazer aqueles exames todos, etc. Toda a gente sabe que as melhores universidades são um conjunto de determinadas universidades e há que fazer o possível para chegar lá. Para chegar tem que ter uns certos requisitos. Esses requisitos são estabelecidos pela própria universidade. Tive recentemente a oportunidade de estar em várias universidades americanas e uma das coisas que mais me impressionou foi, em primeiro lugar, a enorme capacidade de financeira nas universidades. O financiamento próprio! Não há nenhuma família rica, nem nenhuma empresa com razoável saúde financeira, que não apoie alguma

universidade. Há no Estado da Califórnia do Sul uma escola de filmes dita de uma grande criatividade, valor e etc. Aquela escola tem o nome do George Lucas, mas há outra com o nome de Spielberg, depois há uma rivalidade. Cada um pagou uns milhões de dólares para ter lá o nome e para ficar ligado. Só numa pequena universidade do Sul da Califórnia estão 2 bilhões de dólares. O que não é nada comparado com Yales ou High Greaves que têm respectivamente 23 e 25 bilhões de dólares. Cada universidade devia ser capaz de fazer as suas fontes próprias. Nenhuma universidade, das melhores universidades dos Estados Unidos, deixa de perder os melhores candidatos, mesmo que eles não tenham qualquer enquadramento que lhes permita pagar a propina. Porque têm tantos meios, de tal maneira significativos, que podem usar as receitas, que eles têm da aplicação financeira nacional, para financiar o que quiserem. Literalmente o que quiserem. Têm propinas por questões de princípio. É evidente que a maior parte dos estudantes norte-americanos chega ao mercado de trabalho extremamente endividado, porque tem contraído empréstimos, e os empréstimos são muito grandes. Boa parte do tempo do Reitor é a fazer fund-raise. É ligar para os ex-alunos, para as empresas da região, ver quantas cadeiras tem cada professor, quantas matrículas tem a faculdade. É incentivar o espírito de autonomia.

Penso que há uma grande energia colectiva e individual cá em Portugal, que não está a ser aproveitada porque as regras são todas na base do aparecimento igualitário do que é diferente, e numa standardização daquilo que deve ser diferente. Isso nas universidades é mais fácil do que nas escolas básicas e secundárias.

No âmbito deste debate Nacional sobre Educação, há mais alguma coisa que gostasse de dizer?

Sim. Acho que Portugal nunca será um país que se possa considerar desenvolvido, enquanto tivermos uma cultura de progredir a distinção social, em função dos estatutos académicos. Essa é uma praxis que vem de trás e que só encontra paralelos nos países africanos e alguns países da América-Latina. Nos países mais desenvolvidos do mundo, o mérito da pessoa é feito por aquilo que ela prova no dia-a-dia e com a sua capacidade de acrescentar valor. Qualquer um tem ensino, pode ser um Mestre, pode ser Licenciado, pode ser um drop out [desistente] da faculdade, como é o Sr. Bill Gates, como é o Sr. Michael Growth, que nunca acabaram a Universidade. Mas esses são os heróis, porque conseguiram empreender, criar emprego, criar marcas admiradas em todo o mundo. Para nós, cá em Portugal, as nossas referências não são essas. O melhor exemplo em Portugal são os Professores Doutores, que só por serem Professores Doutores não têm que provar nada. Desvalorizamos, por exemplo, pessoas que empreendem, se habitualmente eles não têm uma certificação académica apropriada. A utilização dos títulos devia ser abolida no dia-a-dia social. Tenho um amigo que costuma dizer, e bem, que o único sítio onde nós retiramos o título é na portagem. De resto paramos o carro e o arrumador vem-nos tratar por “Doutores”, só porque temos um carro com aparência de alta cilindrada. Entramos no Ministério e os contínuos, essa figura aberrante, tratam logo por “Doutor” qualquer pessoa que apareça de fato e gravata. Conheço pessoas de um mérito extraordinário, que nunca tiveram uma licenciatura e sentem-se quase complexados. Eu acho que este tipo de tratamento é um sintoma de subdesenvolvimento, que só encontra paralelo nos países menos desenvolvidos do mundo, em que há uma veneração pelos títulos. Enfim, no processo de investigação há um amadurecimento pessoal e científico das pessoas que investem boa parte da sua vida a aprender mais e isso é que deve ser extremamente valorizado. Mas não

deve ser valorizado para efeitos de poder, deve ser valorizado para efeitos disso dar mais valor para a sociedade. Independentemente da pessoa poder trabalhar por conta própria, ou numa empresa, ou numa associação, num órgão de soberania, ou num lugar público, não é isso que está em causa. O primeiro-ministro irlandês não tem licenciatura. Isto devia de ser em Portugal!... É completamente diferente de Portugal. E a Irlanda é um país que não se compara com Portugal, naquilo que é a valorização de conhecimentos. As infra-estruturas viárias da Irlanda são péssimas, comparadas com as nossas. Mas as Universidades são um sonho. Um sonho! A capacidade de investir interesses que traz investimento é extraordinário. E o Primeiro-Ministro não é licenciado. O mesmo acontece no Reino Unido, que é uma das maiores potências económicas mundiais e tem na sua capital uma das poucas cidades europeias que cresce, Londres. No Reino Unido encontra muita gente que nem sequer é licenciado, que não tem menos valor por isso. Há muita gente em Portugal que pode ser licenciada, pode ser Mestre, pode ter Doutoramento, mas, de facto, não é por isso que deixa de ter que provar o saber. E muitas vezes pensam as pessoas que isso é uma presunção de competência, uma presunção de valor, quando nem sempre é assim. Eu penso que o valor do conhecimento é muito importante, independentemente da certificação que lhe é dada. A criação de uma sociedade de oportunidades, assente no mérito e na iniciativa é aquilo que pode fazer Portugal dar o salto e há condições únicas para isso: condições de submissão à hierarquia, condições de articulação dos vários órgãos de soberania, condições de atracção do talento. Nós devíamos ser o país da Europa capaz de atrair mais talento. Temos condições climatéricas únicas, temos condições de adaptação, somos extremamente criativos, temos boa apetência para línguas estrangeiras. Eu penso que é muito importante o Inglês ser obrigatório. Mas eu vou dizer, sem exagero, que daqui a cinco anos devia ser o Mandarim obrigatório.

Essa é uma área que nós desprezamos muito, a nossa relação com o Oriente. E quem já esteve muitas vezes na China, percebe o respeito que uma Nação como Portugal, com a sua História, com as suas ligações com a área, tem com um país como a China.

Como é que a Escola pode responder, por exemplo, ao desafio da globalização?

Não penso que as aulas devam continuar a ser todas em Português. Na Holanda, todas as aulas na Universidade são em Inglês, podiam ser em Holandês. Todos os que se formam nestas Escolas, trabalham em termos globais. Nós temos uma barreira, que ainda é a língua. Apesar de aprendermos o Inglês, ainda não pensamos em Inglês. E o Inglês é o Esperanto. Podemos falar Português em casa, na rua e com os amigos. Podemos falar o Francês quando vamos a França e o Italiano quando vamos a Itália e o Inglês para estudar. Nós ainda não pensamos assim. Não basta falar Inglês, temos que pensar em Inglês. É preciso saber escrever muito bem em Inglês. Isso é uma limitação. Nós temos a ideia errada de que todos nós falamos bem; mas não é verdade. Não falamos bem, não fazemos bem noutras línguas e não escrevemos bem. E isso é um requisito fundamental. A situação não se resolve criando campeões nacionais, protegidos pelo Estado, avessos à concorrência. Porque isso leva a situações de criação de empresas ineficientes que, mais tarde ou mais cedo, não são capazes de se juntar numa capacidade de competição no mundo aberto. Eu sou adepto de um sistema completamente aberto, em que a nacionalidade do capital é pouco importante. Porque o importante é a capacidade de ter organizações que sejam capazes de competir de igual para igual, com outras organizações nacionais. A dimensão não é o mais importante. Se a dimensão fosse

importante, nunca tinha sido criado uma Nokia. Se a dimensão fosse importante não havia o Google. Há oito anos, eu estava em Seul [Coreia do Norte] numa conferência quando foi anunciado o financiamento do Google. Quem é que podia imaginar que sete anos depois, o Google fosse o que é. Quando se lançou um investimento do Kenaul não havia nenhum. Quando se criavam a Microsoft, a Nokia, nem se conheciam de lado nenhum. Porque não é pelo facto de termos periféricos, com os quais temos de concorrer e pelo facto de termos muitas fronteiras interiores que nos falta imaginação. Eu creio que uma das vantagens dos Países Nórdicos é que toda a juventude é igual. Todas as pessoas que nascem, da lei, na Finlândia e na Dinamarca, já nascem com uma mentalidade completamente igual. O que a Europa tem feito com o programa Erasmus é das coisas mais importantes que alguma vez fez. Para criar a consciência europeia e para dar às pessoas uma largueza de vistas e uma experiência completamente diferente. As Nações vencedoras são aquelas que são capazes de aprender com o mundo e não contra o mundo. O modelo internacional tradicional está terminado, há uma obra, aliás, de um português extraordinário José Fernando Pinto dos Santos que explica bem isto, com base de exemplos. Hoje em dia o segredo é aprender. Não é ter bases, ou ter ocupações nos outros sítios e ir mudando conforme o curso. Há conhecimento no mundo que está nesta cidade, nesta região, além da Universidade, há outra razão. E as organizações que vão vencendo no mundo, são aquelas que são capazes de integrar e não de economizar. O modelo de utilização económica penso que não deu. Eu reconheço que há competência em Xangai, em Bengalar, nalguma cidade italiana, numa aldeia de Portugal, etc., e consigo, em rede, aproveitar todas essas competências e esse talento. Só quando nós atrairmos o melhor talento, de Portugal e de todo o mundo, é que podemos saber se Portugal é um país capaz de vencer neste mundo globalizado. Isso não é fazendo manifestações contra a globalização, porque ela é inevitável. E é o movimento mais extraordinário, no sentido, em que nunca tanta gente teve a pobreza graças à globalização. A globalização não provoca trabalho infantil. A globalização leva mais gente para a Escola. Ao contrário do que a voz corrente diz, há uma série de mitos sobre a globalização que não fazem sentido. Nenhum outro país tira mais gente da pobreza, do que os países que estão abertos à globalização. Os países que se fecharam é que ficaram mais pobres, o número de pobres aumentou significativamente, as Escolas têm menos gente. Outra coisa é saber também que a globalização não está a criar desigualdade. Está! Porque aqueles que vão ficando, é que vão ganhando. Mas isso é um outro tema. No meio disto, a Escola aparece percebida como algo indefeso, como algo que mudou pouco. Aquilo que se está a fazer em Bolonha, que está a ser feito para as Universidades, no fundo havia de ser para todo o ensino. E os professores deviam ter mobilidade. Está cá e vão para a Estónia e da Estónia vão para Tanger. A Europa, apesar de ter uma União Europeia, é uma contradição, porque está cada vez mais fragmentada, por nacionalismos económicos a voltarem ao de cima. Com medo do futuro; sem lideranças fortes. As Escolas têm esta particularidade de ser o repositório de grandes expectativas da sociedade. Hoje em dia o papel da aprendizagem, já não é o papel da Escola.